

ATA NÚMERO 334/XII/4.^a SL

Aos três dias do mês de dezembro de 2014, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.º 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332 e 333, referentes às reuniões de 10, 11, 12, 13 (manhã e tarde), 17, 19, 20, 21, 24, 26 e 27 de novembro, respetivamente.
2. Concretização do processo parlamentar de audição sobre a dívida pública nos termos da Resolução da Assembleia da República n.º 94/2014, de 12 de novembro.
3. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 256/XII/4.^a (GOV) - Procede à reforma da tributação das pessoas singulares, orientada para a família, para a simplificação e para a mobilidade social, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto do Selo, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Lei Geral Tributária, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, e o Decreto-Lei n.º 26/99, de 28 de janeiro.
4. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 257/XII/4.^a (GOV) - Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental.
5. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 259/XII/4.^a (GOV) - Procede à nona alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.
6. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 260/XII/4.^a (GOV) - Transpõe parcialmente as Diretivas n.ºs 2011/61/UE, e 2013/14/UE, procedendo à revisão do regime jurídico dos organismos de investimento coletivo, e à alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, e ao Código dos Valores Mobiliários.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

7. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 262/XII/4.^a (GOV) - Transpõe parcialmente as Diretivas n.ºs 2011/61/UE, e 2013/14/UE, assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) n.º 345/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2013, e do Regulamento (UE) n.º 346/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2013, e procede à revisão do regime aplicável ao exercício da atividade de investimento em capital de risco.
8. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 440/XII/2.^a (PCP) - Revoga a integração no regime geral de segurança social dos trabalhadores do IFAP, I.P., oriundos do IFADAP, que foram abrangidos pelo Acordo Coletivo de Trabalho para o Sector Bancário (ACT) e a desoneração daquele Instituto, através da sua transferência para a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA, I.P.), dos encargos com as pensões de reforma e de sobrevivência daqueles trabalhadores. (Revoga o Decreto-Lei n.º 30/2013, de 22 de fevereiro).
Autora do Parecer: Senhora Deputada Isabel Santos (PS).
9. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 482/XII/3.^a (PCP) - Garante aos Trabalhadores o Vínculo Público de Nomeação como forma de assegurar a estabilidade e segurança dos vínculos laborais na Administração Pública.
Autora do Parecer: Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS).
10. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 681/XII/4.^a (BE) - Proteger o interesse estratégico nacional na Portugal Telecom.
Autor do Parecer: Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD).
11. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 420/XII/3.^a - Solicitam que a Assembleia da República recomende ao Governo, e demais entidades públicas com responsabilidades no mercado de capitais, que defenda os pequenos investidores e acionistas do BES, e proceda à alteração do Decreto-Lei n.º 222/99, de 22 de junho, que cria o Sistema de Indemnização dos Investidores.
Relator: Senhor Deputado Paulo Sá (PCP).
12. Concretização, pela Comissão, da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 29 de outubro - "Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade".
13. Distribuição de iniciativas europeias.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

14. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo GP BE para audição do Secretário de Estado da Administração Pública sobre a utilização abusiva de contratos emprego-inserção (CEI).
15. Outros assuntos.

O Senhor Presidente deu início à reunião pelas 11h30, dando nota que o atraso no início da mesma se devia à concessão de duas audiências, no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 257/XII/4.^a (GOV) – *Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental*, as quais, no decorrer da prática da Comissão, deveriam ocorrer antes da discussão e votação, na especialidade, do diploma a que dizem respeito.

- 1. Apreciação e votação das atas n.º 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332 e 333, referentes às reuniões de 10, 11, 12, 13 (manhã e tarde), 17, 19, 20, 21, 24, 26 e 27 de novembro, respetivamente.**

A apreciação do presente ponto da Ordem do Dia foi adiada para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

- 2. Concretização do processo parlamentar de audição sobre a dívida pública nos termos da Resolução da Assembleia da República n.º 94/2014, de 12 de novembro).**

O Senhor Presidente recordou o envio, pelos diversos Grupos Parlamentares, de propostas para oradores no âmbito do processo parlamentar de audição sobre a dívida pública, tendo sido acordado apreciar as citadas propostas em reunião de Mesa e Coordenadores.

- 3. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 256/XII/4.^a (GOV) - Procede à reforma da tributação das pessoas singulares, orientada para a família, para a simplificação e para a mobilidade social, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto do Selo, o**

Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Lei Geral Tributária, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, e o Decreto-Lei n.º 26/99, de 28 de janeiro.

- 4. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 257/XII/4.ª (GOV) -** **Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental.**

O Senhor Presidente começou por solicitar a anuência dos Grupos Parlamentares com vista à ratificação formal da admissão das propostas de alteração apresentadas após o final do prazo estabelecido, pelos Grupos Parlamentares de PSD/CDS-PP, para ambas as Propostas de Lei em discussão. Em sede de debate, e sobre o envio tardio de propostas de alteração, intervieram os Senhores Deputados Heloísa Apolónia (PEV), Paulo Sá (PCP) e João Galamba (PS), recordando a imposição de prazos escassos para a discussão e votação na especialidade (pelos Grupos Parlamentares de PSD/CDS-PP), obstando a um debate e reflexão adequados, e o facto de serem estes GP a não respeitarem os prazos estabelecidos. A admissão das propostas de alteração não foi contestada, tendo sido ratificada.

O Senhor Presidente recordou ainda que, atenta a hora de receção das propostas, os Guiões de votação haviam sido distribuídos até às 22:25, tendo diversos Grupos Parlamentares dado nota da dificuldade em proceder, no presente momento, à respetiva discussão e votação, na especialidade, termos em que, após intervenções dos Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Pedro Filipe Soares (BE), Paulo Sá (PCP), João Galamba (PS), Heloísa Apolónia (PEV) e Cristóvão Crespo (PSD), foi acordado agendar uma reunião da Comissão para o final da sessão plenária, para iniciar o processo de discussão e votação das duas iniciativas.

- 5. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 259/XII/4.ª (GOV) -** **Procede à nona alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.**

Sobre a [Proposta de Lei n.º 259/XII/4.ª \(GOV\)](#), interveio o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), sugerindo a audição do Senhor Presidente do Tribunal de Contas e o pedido de parecer escrito dos Conselhos Superiores da Magistratura, dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Ministério Público, propostas que mereceram a anuência de todos os Grupos Parlamentares.

6. **Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 260/XII/4.^a (GOV) - Transpõe parcialmente as Diretivas n.ºs 2011/61/UE, e 2013/14/UE, procedendo à revisão do regime jurídico dos organismos de investimento coletivo, e à alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, e ao Código dos Valores Mobiliários.**
7. **Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 262/XII/4.^a (GOV) - Transpõe parcialmente as Diretivas n.ºs 2011/61/UE, e 2013/14/UE, assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) n.º 345/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2013, e do Regulamento (UE) n.º 346/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2013, e procede à revisão do regime aplicável ao exercício da atividade de investimento em capital de risco.**

Sobre as Proposta de Lei [n.º 260/XII/4.^a \(GOV\)](#) e [n.º 262/XII/4.^a \(GOV\)](#), e não havendo sugestões de audições, foi fixado o prazo para apresentação de propostas de alteração para as 15h00 de dia 9 de dezembro, com vista à discussão e votação de ambas as iniciativas, na especialidade, na reunião de dia 10 de dezembro.

8. **Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 440/XII/2.^a (PCP) – Revoga a integração no regime geral de segurança social dos trabalhadores do IFAP, I.P., oriundos do IFADAP, que foram abrangidos pelo Acordo Coletivo de Trabalho para o Sector Bancário (ACT) e a desoneração daquele Instituto, através da sua transferência para a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA, I.P.), dos encargos com as pensões de reforma e de sobrevivência daqueles trabalhadores. (Revoga o Decreto-Lei n.º 30/2013, de 22 de fevereiro).**

Autora do Parecer: Senhora Deputada Isabel Santos (PS).

Atenta a ausência da Senhora Deputada Isabel Santos (PS) em trabalhos parlamentares, usou da palavra a Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) para apresentar o parecer ao [Projeto de Lei n.º 440/XII/2.^a \(PCP\)](#), tendo dado conta das principais disposições da iniciativa. Em sede de debate, usou da palavra o Senhor Deputado João Ramos (PCP), que saudou a autora do parecer, após o que o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade.

9. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 482/XII/3.ª (PCP) - Garante aos Trabalhadores o Vínculo Público de Nomeação como forma de assegurar a estabilidade e segurança dos vínculos laborais na Administração Pública.

Autora do Parecer: Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS).

A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) interveio para apresentar o parecer ao [Projeto de Lei n.º 482/XII/3.ª \(PCP\)](#), tendo recordado as principais motivações e disposições do projeto de lei em apreciação, bem como o cumprimento dos requisitos formais, após o que deu nota das conclusões constantes do parecer. Usaram da palavra, em sede de debate, os Senhores Deputados Paulo Sá (PCP), Elsa Cordeiro (PSD) e Pedro Filipe Soares (BE), que saudaram a autora do parecer, após o que o Senhor Presidente submeteu o mesmo a votação, tendo este sido aprovado por unanimidade.

10. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 681/XII/4.ª (BE) - Proteger o interesse estratégico nacional na Portugal Telecom.

Autor do Parecer: Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD).

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD) para apresentar o parecer ao [Projeto de Lei n.º 681/XII/4.ª \(BE\)](#), agendado para a sessão plenária de 5 de dezembro, tendo usado da palavra o autor do parecer para apresentar o mesmo, dando nota das principais disposições da iniciativa, o parecer emitido pela Comissão de Economia e Obras Públicas e as sugestões constantes da Nota Técnica quanto ao artigo 5.º do projeto de lei, tendo usado da palavra em sede de debate, os Senhores Deputados Paulo Sá (PCP), João Galamba (PS) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o Senhor Deputado do PCP recordado as outras iniciativas igualmente agendadas para Plenário, sobre matéria idêntica, após o que o Senhor Presidente submeteu o parecer a votação, tendo este sido aprovado por unanimidade.

11. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 420/XII/3.ª - Solicitam que a Assembleia da República recomende ao Governo, e demais entidades públicas com responsabilidades no mercado de capitais, que defenda os pequenos investidores e acionistas do BES, e proceda à alteração do Decreto-Lei n.º 222/99, de 22 de junho, que cria o Sistema de Indemnização dos Investidores.

Relator: Senhor Deputado Paulo Sá (PCP).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Para apresentar o relatório sobre a [Petição n.º 420/XII/3.^a](#), usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), relator da petição, que recordou o objeto da Petição e das pretensões dos peticionários. O Senhor Deputado relator deu nota das diligências desenvolvidas, nomeadamente quanto à audição dos peticionários e ao pedido de informações ao Governo, sem resposta à data, bem como da opinião do relator – constante do relatório – e das propostas constantes do parecer. Em sede de debate, usou da palavra a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD), que saudou o relator, recordando a reflexão em curso atualmente, no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, tendo o Senhor Presidente sugerido remeter a Petição e o relatório em apreço a essa Comissão, proposta aceite pelo relator. Não se registando intervenções adicionais, o relatório foi votado e aprovado por unanimidade.

12. Concretização, pela Comissão, da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 29 de outubro - "Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade".

A Comissão nomeou como relatora a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD), tendo sido deliberado solicitar contributos aos Grupos Parlamentares para deliberação na reunião da Comissão da semana seguinte, tendo em consideração o prazo de 90 dias definido na Resolução para elaboração do relatório.

13. Distribuição de iniciativas europeias.

Foram distribuídas, para elaboração de relatório: a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento - [Análise Anual do Crescimento para 2015](#) [COM(2014)902] e do [Projeto de Relatório Conjunto sobre o Emprego](#), da Comissão e do Conselho, que acompanha a Comunicação da Comissão sobre a Análise Anual do Crescimento 2015 [COM(2014)906], tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado como relatora a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD); e a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento - [Um Plano de Investimento para a Europa](#) [COM(2014)903], tendo o Grupo Parlamentar do PS indicado como relator o Senhor Deputado João Galamba (PS).

Os Senhores Deputados tomaram, ainda, conhecimento de um conjunto adicional de iniciativas remetidas à Comissão.

14. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Secretário de Estado da Administração Pública sobre a utilização abusiva de contratos emprego-inserção (CEI).

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) apresentou o requerimento para audição do Secretário de Estado da Administração Pública sobre a utilização abusiva de contratos emprego-inserção (CEI), enquadrando-o num conjunto de três requerimentos sobre esta matéria (tendo os outros sido apreciados e rejeitados na Comissão de Segurança Social e Trabalho) apresentados na sequência da divulgação pública, por parte do Provedor de Justiça, do ofício dirigido ao Governo sugerindo a avaliação urgente das medidas contrato emprego-inserção e contrato emprego-inserção+ na esfera da Administração Pública, em função das respetivas finalidades e resultados, a efetiva fiscalização dos projetos em execução e a alteração do regime legal e regulamentar destas medidas, de forma a prevenir a sua utilização abusiva pelos órgãos e serviços públicos.

Em sede de debate, começaram por usar da palavra os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD) e Cecília Meireles (CDS-PP), que consideraram não ser necessário efetuar uma audição neste contexto, recordando a próxima audição regimental da Senhora Ministra das Finanças em sede de Comissão, bem como o debate quinzenal com o Senhor Primeiro-Ministro, em Plenário. O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) reiterou os argumentos apresentados, após o que, não havendo intervenções adicionais, o requerimento foi submetido a votação e rejeitado com os votos favoráveis do PS, BE e PCP e contra do PSD e CDS-PP.

15. Outros assuntos.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) solicitou um ponto de situação sobre o pedido efetuado à UTAO de análise das propostas de alteração apresentadas pelos Grupos Parlamentares em sede de trabalhos orçamentais, tendo o Senhor Presidente dado nota do acompanhamento que faria aos trabalhos nesse sentido.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A reunião foi encerrada às 13:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de dezembro de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Vera Rodrigues
Vieira da Silva
Artur Rêgo
Conceição Bessa Ruão
Hortense Martins
Nuno Serra
Pedro Pimpão
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Virgílio Macedo
Pedro Nuno Santos
Sónia Fertuzinhos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos
Nuno Reis